



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

## LEI Nº 1242/1993

Que dispõe sobre o calçamento de vias públicas.

O Povo do Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O valor das obras de construção de calçamento nos logradouros públicos da cidade e dos bairros correrá por conta dos proprietários de terreno ou prédios situados nas ruas beneficiadas, em forma de TAXA DE CALÇAMENTO.

Art. 2º A implantação do meio-fio nos lagradouros públicos da cidade e dos bairros correrá por conta dos proprietários de terreno ou prédios situados nas ruas beneficiadas.

Art. 3º A quota de contribuição de cada proprietário sobre a respectiva propriedade, pela execução dos serviços a que se refere esta lei, será calculada tendo por base o custo do metro linear para o meio-fio e o custo do metro quadrado para o calçamento.

§1º Para se achar o total de metros quadrados da área calçada multiplicar-se-á a extensão linear da testada do imóvel pela metade da extensão da largura da rua.

§2º Quando o imóvel se localizar em esquina, a medição prolongar-se-á da testada ao meio-fio.

§3º Quando a largura da via pública for igual ou maior que 12 (doze) metros, a Prefeitura Municipal se responsabilizará por 1/3 (um terço) do custo, ficando a cargo dos proprietários os restantes 2/3 (dois terços).

Art. 4º O total da quota de contribuição poderá ser parcelado, cujas parcelas deverão ser corrigidas pela Unidade Fiscal da Prefeitura (UPF).

§1º Fica o Executivo Municipal autorizado a subsidiar, totalmente ou parcialmente, o custo do calçamento para os proprietários considerados carentes.

§2º Serão considerados carentes os proprietários que, após levantamento minucioso e sigiloso de sua situação, ficar comprovada sua precariedade financeira.

Art. 5º Responde pela TAXA DE CALÇAMENTO o proprietário do imóvel ao tempo de lançamento.

§1º Somente será fornecida a certidão negativa, em havendo débito de TAXA DE CALÇAMENTO, quando o proprietário ressarcir se prestações em atraso.

§2º A quota de contribuição não paga, bem como as prestações em atraso, poderão ser inscritas na Dívida Ativa para a necessária cobrança judicial.

§3º O pagamento das prestações a que se refere o artigo 4º desta lei terá início logo após a conclusão das obras.



## Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

§4º A Prefeitura Municipal, através de ofício, comunicará diretamente ao proprietário o total da contribuição devida.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1 de fevereiro de 1993.

Art. 7º Revogadas as disposições em contrário.

Passa Quatro, 13 de julho de 1993.

Dr. Paulo Egídio Fonseca de Luca  
Prefeito Municipal

Paulo Roberto Moraes  
Diretor Administrativo